



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 53ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 26, 27 E 28 DE FEVEREIRO DE 2008.**

Aos vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 3 e 4. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Claudio Cajado, Daniel Almeida, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Giacobbo, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Humberto Souto, José Pimentel, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto e Zé Gerardo; - **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Efraim Morais, Jayme Campos, João Ribeiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha e Sérgio Zambiasi; - **Deputados suplentes:** Alex Canziani, Carlos Alberto Leréia, Carlos Eduardo Cadoca, Carlos Melles, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, Luiz Carreira, Marcelo Castro, Miguel Corrêa Jr., Pedro Chaves e Ricardo Barros; - **Senadores suplentes:** Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia, Renato Casagrande, Romeu Tuma e Sibá Machado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputado:** Ivan Valente; - **Senadores:** Cristovam Buarque e Sérgio Guerra. Foi registrado o comparecimento dos não-membros: - **Deputados:** Afonso Hamm, Carlos Abicalil, Gilmar Machado, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Luis Carlos Heinze, Mauro Nazif, Paes Landim e Tarcísio Zimmermann; - **Senador:** Gilberto Goellner. **ABERTURA:** às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de fevereiro, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou iniciados os trabalhos. O Deputado Vanderlei Macris questionou o número regimental para abertura dos trabalhos. O Presidente informou que havia número regimental para abertura dos trabalhos e não para deliberação. Em seguida, o Deputado Walter Pinheiro teceu comentários sobre os itens constante das pautas da reunião. O Deputado Jovair Arantes, Coordenador da Bancada do Goiás, indagou sobre os recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste, informando que havia preceito constitucional. O Deputado José Pimentel, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2008, informou que só poderia tomar providências depois do consentimento do Plenário da Comissão. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou que fosse disponibilizado na Página da Comissão na Internet o banco de dados do Relatório Final com os respectivos anexos, adendos e erratas, que permita consultas e análises por meio de filtros, semelhante ao sistema de consultas à execução orçamentária. O Presidente informou que determinaria providências para o atendimento do pleito. O Deputado Vanderlei Macris solicitou prazo para análise da matéria, tendo em vista que a Errata e o Adendo ao Relatório Final da Proposta Orçamentária para 2008 foram disponibilizados no dia vinte e cinco de fevereiro, às vinte e duas horas, na Página da Comissão na internet. O Presidente fez a leitura do Ofício nº 29/2008, de 25 de fevereiro de 2008, do Relator-Geral, Deputado José Pimentel em resposta à matéria veiculada pelo Jornal *Folha de São Paulo* com o título "*Contrabando no Orçamento dedica R\$534 mi a emendas*", da mesma data. Cópias do expediente estavam sendo providenciadas para distribuição ao Plenário. Em seguida, informou que havia sido atingido o *quorum* regimental para deliberação. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 e 13 de fevereiro de 2008 e da 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 21 de fevereiro de 2008. Havendo concordância do Plenário, o Presidente propôs a dispensa da leitura das Atas por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão*, as Atas foram colocadas em votação, que foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura dos expedientes, que foi **aprovada** por unanimidade. Determinou ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião e à Secretaria da Comissão que enviasse aos membros e às Lideranças Partidárias através do correio eletrônico. **ORDEM DO DIA:** PAUTA 3. 1-) **Errata** encaminhada ao Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, pelo Relator do Projeto de Lei nº 31/2007-CN –



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011), Deputado Vignatti, através do Ofício nº 1/2008, de 14/02/2008. (Em observância ao disposto no artigo 152, da Resolução nº 1/2006-CN). **2-) Errata** encaminhada ao Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, pelo Relator do PL nº 31/2007-CN (Projeto de Lei nº 31/2007-CN – Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011), Deputado Vignatti, através do Ofício nº 2/2008, de 21/02/2008. (Em observância ao disposto no artigo 152, da Resolução nº 1/2006-CN). A apreciação foi adiada inicialmente, tendo em vista a ausência do relator no recinto. Chegando ao Plenário logo após, a matéria foi apreciada. O Relator apresentou as Erratas. Não houve debate. Em votação, as Erratas foram **aprovadas por unanimidade** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Relatório. **3-) Relatório** apresentado aos seguintes Avisos do Congresso Nacional, referente a subtítulos com indícios de irregularidades graves, recebido do Tribunal de Contas da União: **3 - Aviso nº 9/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 222, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao relatório de monitoramento realizado nas obras de irrigação de Flores de Goiás (TC-003.586/2001-4). **Aviso nº 11/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 417, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas, no Estado do Ceará (TC-004.771/2004-1)”. **Aviso nº 16/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1015, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada na execução das obras e serviços de engenharia de construção do novo terminal de passageiros, do sistema viário, edificações ampliação do pátio de aeronaves do novo Aeroporto de Macapá/AP - (TC-008.884/2006-0)”. **Aviso nº 21/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1473, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria, realizada na construção da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais - MG (TC 010.957/2007-3)”. **Aviso nº 24/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 644/2007, proferido nos autos do processo nº TC 012.577/2006-5, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília”. **Aviso nº 27/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1544, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo à Auditoria realizada nas obras de montagens de peças de reforço de torres nas linhas de transmissão (LT) 750 kV Foz do Iguaçu - Ivaiporã III, Ivaiporã - Itaberá - Tijuco Preto I e II (Sistema de Transmissão de Itaipu / PR - São Paulo/SP), (TC nº 012.759/2006-8)”. **Aviso nº 29/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1741, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras de "Construção de Anel Rodoviário no Município de Ji-Paraná - na BR-364 - no Estado de Rondônia", (TC nº 010.312/2007-9)”. **Aviso nº 34/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2011, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativos ao Levantamento de Auditoria realizado, no exercício de 2002, no Programa de Trabalho 26.782.0236.5709.0008, referente à construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte, em especial, à construção do anel viário de Ji-Paraná-RO. (TC 003.159/2002-3). **Aviso nº 36/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2255, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará, trecho Marabá/Altamira/Itaituba. (TC nº 006.687/2004-5)”. **Aviso nº 38/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2292, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo a Levantamento de Auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins e o entroncamento com a BR-369 (Divisa SP/PR) - km 178,3 ao km 347,7, incluídas no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE. (TC 002.081/2006-7)”. **Aviso nº 40/2007-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.460, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizado no Ministério da Integração Nacional (Registro Fiscal nº 99/2007), no período de 2/4/2007 a 2/5/2007, que teve como objetivo prestar informações ao Congresso Nacional de modo a subsidiar os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização acerca das obras e serviços relativos à construção da Barragem Oiticica, no Município de Jurucutu, no Estado do Rio Grande do Norte. (TC-



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

008.803/2007-0)". **Aviso nº 41/2007-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.635, de 2007 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram relativo ao Levantamento de Auditoria realizado na Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Mato Grosso (acréscimo de aproximadamente 365 km de linha de transmissão, implantação da SE Jauru 400 MVA e reforço nas subestações associadas equivalentes a 563 MVA). (TC-006.075/2005-0)". Relatoria: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Voto: nos termos do Relatório apresentado. O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Claudio Cajado. Em votação, o Relatório foi **aprovado por unanimidade** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às doze horas e quarenta e dois minutos, o Deputado Manoel Junior assumiu a direção dos trabalhos conforme estabelece o *art. 14 da Resolução nº 01/2006-CN. 4 - Requerimento nº 22/2007- CMO*, que "Requer o envio para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2007 e de seu Substitutivo, para que aquela Comissão dê parecer quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídica e de técnica legislativa, especialmente no tocante aos artigos 4º, 6º, 12, 15, 16, e 22". Autor: Deputado Humberto Souto. Ausente o relator, a apreciação da matéria foi **adiada**. PAUTA 4. **1-) Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, com o Adendo** apresentado em 25/2/2007, referente ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Foi apresentado Adendo ao Relatório. O Deputado Eduardo Valverde, Coordenador do Comitê, apresentou o Relatório. Às treze horas e doze minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Não houve discussão. Em votação, o Relatório e o Adendo foram **aprovados por unanimidade** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Vanderlei Macris indagou sobre o cronograma de votação do Relatório Final da Proposta Orçamentária Anual para 2008. O Presidente informou que suspenderia a reunião e voltaria às quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia para dar início à apreciação da matéria e, às treze horas e dezessete minutos, os trabalhos foram suspensos. Antes, cancelou a reunião extraordinária marcada anteriormente para quatorze horas daquela data. Às quinze horas e vinte e nove minutos da mesma data, o Presidente reabriu os trabalhos. O Deputado Vanderlei Macris apresentou **Questão de ordem** solicitando o cumprimento do disposto no *art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN*, que exige o cumprimento de 3 dias úteis para iniciar a apreciação do Relatório Final do PLOA/2008, tendo em vista que a Errata I e o Adendo I referentes ao Relatório foram entregues no dia vinte e cinco daquele mês. Continuando, solicitou que o relatório de "Atendimento das Emendas Coletivas – posição após Adendo 1" fosse considerado inadmitido e efetuada distribuição igualitária pelo Relator-Geral para a Bancada de São Paulo, tendo em vista que o *art. 57, § 1º da Resolução nº 1/2006-CN* dispõe sobre a distribuição linear de recursos apresentados caso não haja encaminhamento de ata, com assinatura de $\frac{3}{4}$ dos Deputados e de $\frac{2}{3}$ dos Senadores, como ocorreu com a referida Bancada. Em seguida, o Presidente informou que oportunamente daria a resposta à referida Questão de Ordem. O Deputado Gilmar Machado sugeriu a suspensão da reunião para após a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Não havendo consenso para dar continuidade aos trabalhos, às quinze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação para vinte horas do mesmo dia. Às vinte e uma horas e cinco minutos daquela data, o Presidente reabriu a reunião. O Deputado Giovanni Queiroz reforçou solicitação feita anteriormente com relação à disponibilidade, na Página da Comissão na internet, do Relatório Final do PLOA/2008, seus Anexos, Adendos e Erratas, na modalidade banco de dados (Access 97) que permita consultas e análises por meio de filtros. O Presidente acatou a Questão de Ordem e determinou à Consultoria de Orçamento que disponibilizasse o banco de dados solicitado. Em seguida, o Deputado Giovanni Queiroz solicitou o cumprimento do prazo regimental de três dias para dar início à apreciação do Relatório Final. O Deputado Gilmar Machado sugeriu a suspensão da reunião por quinze minutos para que fosse feito acordo com o Deputado Giovanni Queiroz. O Presidente aceitou a sugestão e, às vinte e uma horas e quatorze minutos, suspendeu os trabalhos por quinze minutos. Às vinte e uma horas e vinte minutos, o Presidente reabriu a reunião. PAUTA 4. **Item 2 - Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 30/2007-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008". Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Relator-Geral: Deputado José Pimentel. Foram apresentadas 9.707 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator-Geral apresentou o Relatório Final, o Adendo e a Errata 1. O Deputado Ricardo Barros esclareceu que não participou de acordo, em reunião realizada com os Líderes Partidários juntamente com o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, para retirada das ações relativas ao Anexo de Metas e Prioridade da



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Proposta Orçamentária para 2008. O Presidente esteve presente à reunião, juntamente com a Líder do Governo no Congresso, Senadora Roseana Sarney, e o Relator-Geral. A seguir, os Deputados Devanir Ribeiro e Ricardo Barros apresentaram Ofícios dos Deputados Paulo Rocha e João Pizzolatti, respectivamente, solicitando alteração de modalidade de aplicação. Às vinte e duas horas e trinta e seis minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação para o subsequente, às onze horas. Antes cancelou a reunião extraordinária convocada anteriormente para o dia vinte e sete às dez horas. Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de fevereiro, o Presidente reabriu a reunião. Antes de iniciar a discussão do Relatório Final, Adendo 1 e Errata 1, o Presidente leu os seguintes dispositivos regimentais, sobre a apresentação de destaques: *Art. 80, inciso I, alínea "a", da Resolução nº 1/2006-CN, dispõe: "a) para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear"; e o art. 138 dispõe: No âmbito da CMO poderão ser apresentados destaques a requerimento de: I – membro da CMO; II – coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado; III – presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou membro de Comissão autorizado pelo respectivo presidente."* Em seguida, foi aberta a discussão do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008 e o prazo para apresentação de destaques. O Deputado Carlos Abicalil apresentou a Contestação nº 2/2008, de sua autoria. O Relator-Geral informou que no momento oportuno se manifestaria sobre o assunto. Iniciaram a discussão da matéria os Deputados Ricardo Barros e Eduardo Sciarra. O Deputado Pedro Chaves apresentou a Contestação nº 3/2008 de autoria do Deputado Carlos Alberto Leréia. Às onze horas e cinquenta e nove minutos, a condução dos trabalhos foi transferida ao Deputado Manoel Junior, conforme estabelece o *art. 14 da Resolução nº 01/2006-CN*, tendo o Presidente reassumido às doze horas e nove minutos. Continuaram o debate os Deputados Eduardo Valverde e Paes Landim. Debateram, ainda, os Deputados Pedro Fernandes, Giovanni Queiroz, João Magalhães, Rafael Guerra, Rose de Freitas, Pedro Novais, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Luiz Carlos Heinze, Duarte Nogueira e Júlio César. Às treze horas e vinte e três minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou a continuação para as quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. Às quinze horas e dois minutos daquela data, o Presidente reabriu os trabalhos e deu continuidade ao debate do Relatório Final do Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Discutiram o Relatório os Deputados Alex Canziani, Afonso Hamm, Mauro Nazif, Gonzaga Patriota, Edinho Bez, Geraldo Resende, Manoel Júnior e o Senador Gilberto Goellner. Às quinze horas e quarenta e três minutos, o Deputado Edinho Bez assumiu a direção da reunião, conforme estabelece o *art. 14 da Resolução nº 01/2006-CN*. Debateram ainda os Deputados Wellington Roberto, Zé Gerardo e Jovair Arantes. O Senador Cícero Lucena apresentou o **Requerimento nº 3/2008-CMO**, de sua autoria e do Deputado Vanderlei Macris, solicitando que fosse submetida à apreciação da Comissão autorização para a retirada das ações relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, incluídas na Proposta Orçamentária para 2008, com definição prévia dos termos para a distribuição dos recursos relativos ao montante dessas ações do Anexo. O Presidente recebeu o Requerimento e comunicou que seria apreciado oportunamente. Continuaram a discussão do Relatório Final o Deputado Tarcísio Zimmermann, a Senadora Lúcia Vânia e os Deputados Walter Pinheiro, João Leão, Carlos Alberto Leréia, Vanderlei Macris e Luiz Carreira. O Presidente em exercício anunciou o encerramento da discussão e do prazo para apresentação de destaques. Em virtude do início da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, e convocou a continuação para às dezenove horas e trinta minutos do mesmo dia. Às vinte horas e trinta e oito minutos daquela data, a reunião foi reiniciada. O Presidente comunicou o recebimento do **Requerimento nº 3/2008-CMO**, de autoria do Senador Cícero Lucena e do Deputado Vanderlei Macris, que apresentou o Requerimento. Iniciada a discussão, manifestaram-se contrariamente à matéria os Deputados Ricardo Barros, Márcio Reinaldo Moreira, Pedro Fernandes, Wellington Roberto, Devanir Ribeiro e o Deputado Mussa Demes, Coordenador da Bancada do Piauí. O Presidente prestou esclarecimentos sobre a reunião convocada pelo Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho para discussão da retirada das ações relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para a 2008, incluídas na Proposta Orçamentária para 2008. A reunião foi realizada com a presença do Relator-Geral, alguns Senadores, o Deputado Gilmar Machado e a Líder do Governo no Congresso, Senadora Roseana Sarney. A seguir, o Deputado Pedro Novais solicitou, de acordo com o *art. 15 inciso VII da Resolução nº 1/2006-CN*, o arquivamento do Requerimento em discussão. Debateram ainda a matéria os Deputados Walter Pinheiro e Humberto Souto e os Senadores Cícero



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lucena e Lúcia Vânia. Iniciada a votação da matéria, encaminharam favoravelmente o Deputado Vanderlei Macris, pelo PSDB na Câmara dos Deputados, e o Senador Cícero Lucena, pelo PSDB no Senado Federal. Encaminharam voto contrário os Deputados Fábio Ramalho, pelo PV, Eduardo Sciarra, pelo DEM, Ricardo Barros, pelo PP, Manoel Júnior, pelo PSB, Wellington Roberto, pelo PR, Devanir Ribeiro, pelo PT, Daniel Almeida, pelo PCdoB, Humberto Souto, pelo PPS e Pedro Fernandes, pelo PTB. A seguir, o Presidente passou à votação do Requerimento, que foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Vanderlei Macris, Rafael Guerra e Carlos Alberto Leréia e o registro da abstenção do Deputado Humberto Souto na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. O Senador Cícero Lucena solicitou que fosse registrado voto favorável ao Requerimento. O Presidente respondeu à Questão de Ordem apresentada pelo Deputado Vanderlei Macris na reunião realizada em 26 de fevereiro daquele ano, solicitando que o relatório de "Atendimento das Emendas Coletivas – posição após Adendo 1" fosse considerado inadmitido e efetuada distribuição igualitária pelo Relator-Geral para a Bancada de São Paulo, tendo em vista que o art. 57, § 1º da Resolução nº 1/2006-CN dispõe sobre a distribuição linear de recursos apresentados caso não haja encaminhamento de ata, com assinatura de $\frac{3}{4}$ dos Deputados e de $\frac{2}{3}$ dos Senadores, como ocorreu com a referida Bancada. O Deputado Devanir Ribeiro, Coordenador da Bancada do Estado de São Paulo manifestou-se sobre o assunto. O Presidente **deferiu** a Questão de Ordem e informou que os recursos de R\$75.666.000,00 seriam distribuídos linearmente entre as emendas de apropriação 71250001 a 71250006, 71250008 e 71250011 a 71250022, cabendo às dezoito primeiras R\$3.982.421,00 e R\$3.982.422,00 à emenda 71250022. Prosseguindo, o Presidente comunicou a apreciação das seguintes Contestações: **Contestação nº 2/2008-CMO**, apresentada pelo Deputado Carlos Abicalil, Coordenador da Bancada do Estado de Mato Grosso, ao parecer de inadmissibilidade da emenda nº 71120008, nos termos do art. 148, da Resolução nº 1/2006-CN. O autor apresentou a Contestação. O Presidente fez a leitura da Nota Técnica elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral apresentou sua resposta à Contestação. Às vinte e duas horas e três minutos, o Deputado Walter Pinheiro assumiu a direção dos trabalhos conforme estabelece o art. 14 da Resolução 01/2006-CN. Em votação, a Contestação nº 2/2008-CMO foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Carlos Abicalil solicitou informações sobre ofício que havia encaminhado à Presidência da Comissão, para mudanças na emenda 71120010. O Presidente em exercício informou que o ofício havia sido apresentado após a elaboração do Relatório Final e, por isso, o pleito deveria ser feito através de destaque. **Contestação nº 3/2008-CMO**, apresentada pelo Deputado Carlos Alberto Leréia, para se adequar o Projeto de Lei Orçamentária para 2008 à previsão constitucional no que se refere aos recursos para irrigação na Região Centro-Oeste, nos termos do art. 148, da Resolução nº 1/2006-CN. O autor apresentou a Contestação. Às vinte e duas horas e dez minutos, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos e procedeu a leitura da Nota Técnica elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral apresentou sua resposta à Contestação. Os Deputados Claudio Cajado e Humberto Souto manifestaram-se contrários e a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado Geraldo Resende posicionaram-se favoravelmente. Em votação, a Contestação nº 3/2008-CMO foi **aprovada** contra os votos dos Deputados Claudio Cajado, Humberto Souto e Júlio Cesar na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Conforme o disposto no art. 77 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente fez as seguintes votações: Emendas que proponham cancelamento parcial ou total de dotações constantes do projeto. Em votação, as Emendas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Emendas destinadas a alterar o texto do projeto. Em votação, as Emendas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Em seguida, o Presidente anunciou a presença do Prefeito do Espírito Santo, o ex-Deputado João Coser. O Presidente informou que o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, com o Adendo apresentado em 25 de fevereiro daquele ano, referente ao Projeto de Lei Orçamentária para 2008 já tinha sido votado. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas de relator, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas. Em votação, a autorização foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Presidente anunciou a votação do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 30/2007-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008” - Projeto de Lei Orçamentária para 2008. O Deputado Vanderlei Macris encaminhou voto contrário pelo PSDB. O Deputado Claudio Cajado encaminhou voto favorável pelo DEM. Em votação o Relatório, o Adendo e a Errata 1, foram **aprovados** contra os votos dos Deputados Vanderlei Macris, Carlos Alberto Leréia, na representação da Câmara dos Deputados, e, contra o voto da Senadora Lúcia Vânia, na representação do Senado Federal. Às vinte e duas horas e quarenta e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião e convocou sua continuação para dez horas e trinta minutos do dia subsequente. Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de fevereiro, os trabalhos foram reiniciados. – Apreciação dos 571 destaques apresentados ao Relatório Final. O Relator-Geral explicou o voto proferido aos destaques apresentados: destaques pelo acolhimento: 31; destaques pela inadmissibilidade: 51; pela prejudicialidade: 1; pela rejeição: 479; e destaques retirados pelos autores: 8. Enquanto, a lista com o voto aos destaques era aguardada, os Deputados Cláudio Cajado, Júlio César, Wellington Roberto e Eduardo Valverde discutiram o assunto. O Presidente constatou a inexistência do destaque nº 351. O Presidente leu o disposto no *art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006*, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a solicitação para votação dos destaques separadamente. A seguir, o Deputado Giovanni Queiroz solicitou a votação dos destaques de nºs 401 a 423 separadamente. O Deputado Júlio César solicitou a apreciação separadamente dos destaques de nº 3 e 150 e o Presidente respondeu que somente o autor desses destaques poderia fazer a solicitação, que era o Deputado Mussa Demes. Proposta do Presidente para votação dos destaques em bloco, por tipo de voto do Relator Geral. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. l) - **Destaques supressivos do Deputado Giovanni Queiroz que foram solicitados para votação separadamente:** **1) Destaque nº 401** – ampliação do Edifício Anexo IV – em Brasília – DF. Supressão total de R\$217.091.625,00. O destaque foi **retirado** pelo autor. O Relator-Geral informou que manteria entendimentos com a Diretoria da Câmara dos Deputados, junto com o Deputado Giovanni Queiroz, sobre a possibilidade da solicitação ser atendida no Adendo a ser apresentado no Plenário do Congresso Nacional. **2) Destaque nº 402** – Reforma dos imóveis funcionais destinados à moradia dos Deputados Federais – em Brasília - DF. Supressão total de R\$26.841.400,00. O destaque foi **retirado** pelo autor. O Relator-Geral informou que manteria entendimentos com a Diretoria da Câmara dos Deputados, junto com o Deputado Giovanni Queiroz, sobre a possibilidade da solicitação ser atendida no Adendo a ser apresentado no Plenário do Congresso Nacional. **3) Destaque nº 403** – Construção do Anexo V – em Brasília - DF. Supressão total de R\$67.908.375,00. O destaque foi **retirado** pelo autor. O Relator-Geral informou que manteria entendimentos com a Diretoria da Câmara dos Deputados, juntamente com o Deputado Giovanni Queiroz, sobre a possibilidade da solicitação ser atendida no Adendo a ser apresentado no Plenário do Congresso Nacional. **4) Destaque nº 404** – Apoio à construção do Rodoanel – Trecho Sul – no Estado de São Paulo – No Estado de São Paulo. Supressão parcial de R\$ 224.000.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral apresentou voto contrário. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal **5) Destaque nº 405** – Adequação de Contorno Rodoviário – no Município de Vitória - na BR-101 – no Estado do Espírito Santo – no Estado do Espírito Santo. Supressão parcial de R\$ 27.300.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral apresentou voto contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art. 43 do Regimento Comum*. O Deputado Vanderlei Macris registrou posição contrária do PSDB. **6) Destaque nº 406** - Construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador – no Estado da Bahia – No Estado da Bahia. Supressão parcial de R\$ 14.800.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral apresentou voto contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art. 43 do Regimento Comum*. **7) Destaque nº 407** – Adequações de trecho rodoviário – Betim – Nova Serrana – na BR-262 – no Estado de Minas Gerais – no Estado de Minas Gerais. Supressão parcial de R\$ 38.500.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral apresentou voto contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do *art. 43 do Regimento Comum*. **8) Destaque nº 408**. O destaque foi **retirado** pelo autor. Nesse momento, o Senador Cícero Lucena apresentou questão de ordem em que informou que a representação do Senado Federal não participou da votação do destaque nº 404 e apresentou pedido de verificação de votação. Continuando, informou que o instrumento de votação deveria



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ter sido o voto do Relator-Geral e não o destaque. O Presidente esclareceu que a matéria apreciada é o destaque e não o voto do Relator-Geral e, quanto ao pedido de verificação de votação, deveria ser apresentado no momento apropriado. O Deputado Vanderlei Macris fez uso da palavra para informar que o relatório com o voto do Relator-Geral estava muito resumido. A seguir, o Deputado Gilmar Machado solicitou a suspensão dos trabalhos para chegar a consenso com os parlamentares. O Presidente acatou a sugestão e a reunião foi interrompida, às doze horas e quarenta e sete minutos. Às treze horas e dezenove minutos do mesmo dia, foi dado prosseguimento aos trabalhos. O Deputado Gilmar Machado, como representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional na Comissão, informou que houve o compromisso assumido com a Bancada de São Paulo e o PSDB para apresentar destaques no Plenário visando à recomposição dos recursos que foram retirados através da aprovação do destaque supressivo de nº 404. O Relator-Geral comentou o assunto. O Deputado Vanderlei Macris reforçou que a lista de destaques estava resumida, não apresentando todas as informações. O Presidente informou que havia dois tipos de lista, o relatório resumido e o detalhado dos destaques. O Deputado Vanderlei Macris solicitou o acesso à lista detalhada com o voto do Relator-Geral aos destaques e foi atendido. O Presidente solicitou ao Deputado Giovanni Queiroz que informasse quais destaques seriam retirados, tendo em vista o acordo firmado com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão. Tendo em vista debate em torno da aprovação do destaque nº 404, o Deputado Giovanni Queiroz informou estar disposto a rever o seu posicionamento, tendo em vista reconhecer a importância da obra para o Estado de São Paulo. Explicou, ainda, que havia se manifestado contrário quanto aos recursos destinados para esse fim. A seguir, anunciou a retirada dos seguintes destaques: 409 a 412, 414, 416, 418 e 420 a 423. O Presidente deu prosseguimento à apreciação dos destaques solicitados para votação separadamente, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz: **Destaque nº 413** – Recuperação e modernização das instalações do Supremo Tribunal Federal – em Brasília – DF. Supressão total de R\$ 10.000.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral manifestou-se pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado contra** o voto do Deputado Eduardo Valverde na representação da Câmara dos Deputados e contra os votos dos Senadores Cícero Lucena e Sérgio Zambiasi, na representação do Senado Federal. **Destaque nº 415** - Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília – DF – em Brasília – DF. Supressão total de R\$ 7.500.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral manifestou-se pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado contra** o voto do Deputado Eduardo Valverde na representação da Câmara dos Deputados e contra o voto do Senador Cícero Lucena na representação do Senado Federal. O Senador Sérgio Zambiasi registrou sua abstenção. O Deputado Eduardo Valverde explicou o motivo do voto contrário. **Destaque nº 417** – Construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília – DF – em Brasília – DF. Supressão parcial de R\$ 7.500.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral manifestou-se pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado contra** o voto do Deputado Eduardo Valverde na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. **Destaque nº 419** - Construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília – em Brasília – DF. Supressão total de R\$ 40.000.000,00. O autor apresentou o destaque e o Relator-Geral manifestou-se pela rejeição. Em votação, o destaque foi **aprovado contra** o voto do Deputado Eduardo Valverde na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. A seguir, o Presidente leu o expediente de autoria da Deputada Rose de Freitas, contestando a inadmissibilidade dos destaques nºs 52 a 56. O Presidente declarou **prejudicada** a solicitação. II-) **Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação:** 4, 115, 116, 149, 164, 215, 216, 241, 302, 303, 306, 307, 439, 442, 443, 477, 485 a 492, 499, 500, 524, 530, 544, 563 e 564. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição:** 1 a 3, 5 a 48, 50, 51, 57 a 74, 76 a 114, 117 a 131, 133 a 148, 150 a 163, 165 a 214, 217 a 240, 242 a 244, 253 a 264, 273 a 283, 285 a 301, 304, 305, 308 a 316, 329 a 344, 346 a 350, 352 a 385, 389, 390, 392, 393, 395 a 400, 408 a 412, 414, 416, 418, 420 a 438, 440, 441, 444, 445, 447, 448, 451 a 476, 478 a 484, 493 a 495, 497, 498, 504 a 523, 525 a 527, 531, 532, 535 a 539, 541, 543, 548 a 550, 552 a 562 e 565 a 571. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. **Destaques com voto do Relator-Geral pela inadmissibilidade:** 49, 52 a 56, 75, 132, 245 a 252, 265 a 272, 325 a 328, 345, 386 a 388, 391, 394, 446, 449, 450, 496, 501 a 503, 528, 529, 533, 534, 540, 542, 545 a 547 e 551. O Presidente declarou os destaques **inadmitidos**. **Destaque com**



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

voto pela prejudicialidade: 284, do Deputado Vanderlei Macris. O Presidente declarou o destaque prejudicado. **Destaques retirados pelo autor:** 317 a 324, do Deputado Fábio Ramalho. Concluída a votação dos destaques, usaram da palavra para tecer comentários enaltecedores à gestão do Presidente e da atuação do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, os Deputados Eduardo Valverde, Ricardo Barros, Devanir Ribeiro e o Senador Francisco Dornelles. **ENCERRAMENTO:** o Presidente cancelou as reuniões convocadas para aquela data e para o dia vinte e nove de fevereiro. Tendo sido concluída a apreciação do Relatório Final da Proposta Orçamentária para 2008, os trabalhos foram encerrados, às quatorze horas e vinte e três minutos. Foi convocada reunião ordinária a ser realizada no dia cinco de março, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador José Maranhão. Presidente.**
XX